

## ATA DE REUNIÃO DO JÚRI

**Registo**  
Documento Interno n.º 641 / 2020

**Data da Informação**  
08/01/2020

**Processo**  
2019/300.10.005/1109

**ASSUNTO:** Relatório Final para o procedimento "COMUNICAÇÕES FIXAS E MÓVEIS" - PROCESSO N.º 2019/300.10.005/1109

### **Relatório Final** **"COMUNICAÇÕES FIXAS E MÓVEIS"** **PROCESSO N.º 2019/300.10.005/1109**

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 124.º do Código da Contratação Pública, doravante designado de CCP, no dia seis de Janeiro do ano dois mil e vinte, reuniu o júri do processo de contratação para "*Comunicações fixas e móveis*", a fim de proceder à elaboração do relatório final, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, proceder à ordenação final das propostas e propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.

Para efeitos de audiência prévia em reunião de onze de Dezembro do ano dois mil e dezanove, o júri procedeu à elaboração do respetivo relatório preliminar, onde registou os resultados da análise e avaliação das propostas apresentadas pelos concorrentes e nos termos do art.º 123.º o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de três dias úteis, para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Em exercício do direito de audiência prévia, a empresa **Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, SA**, veio, em tempo apresentar a sua pronúncia, conforme documento de entrada 36, de vinte e três de Dezembro de 2019, a qual se anexa e ora dá como aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos.

Analisada a referida pronúncia entende o júri que, o critério fixado para adjudicação, conforme se fez constar quer do convite quer do caderno de encargos, foi exclusivamente o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de preço mais baixo conforme o disposto no artigo 74.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos. Para efeitos de melhor esclarecimento dos interessados, a entidade adjudicante identificou o seu perfil de comunicações. Porém, como bem o reconhece a pronunciante, o município não exigiu, em momento algum, a especificação de valores relativamente ao numero azul. As entidades teriam, obrigatoriamente, de especificar apenas os preços (individualizados) constantes do modelo de proposta e apresentar a sua proposta. As propostas tiveram subjacente as premissas/cálculos que melhor se entenderam

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

como adequados, os quais não foram nem são avaliados pelo júri, e apresentar um preço total. Assim se entende que a Vodafone, apresentou a sua proposta, considerando o que teve por conveniente não podendo, em sede de audiência prévia vir alterar o apresentado, o que sucederia se se aceitasse o alegado. Por outro lado, nem qualquer deliberação do júri pode consubstanciar uma alteração às propostas apresentadas.

Face ao exposto, entende o júri de manter o projeto de decisão constante do relatório preliminar e, desta forma, propor a decisão da seguinte ordenação:

1º - MEO – Serviços de comunicações e multimédia, SA – NIF 504 615 947, no valor de € 21 192,72 (vinte e um mil e cento e noventa e dois euros e setenta e dois cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

2º - Vodafone Portugal – Comunicações pessoais, SA, no valor de € 21 281,04 (vinte e um mil e duzentos e oitenta e um euros e quatro cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Propondo-se, ao órgão competente para contratar a adjudicação ao candidato ordenado em primeiro lugar.

Face ao que antecede, se a proposta aqui formulada merecer aprovação superior, deverá, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º do CCP, proceder-se à notificação de todos os concorrentes, a qual será acompanhada de presente relatório final e ser notificado o adjudicatário no sentido de proceder em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 77.º do CCP.

Presidente do Júri

Nádia Silva

---

1º Vogal

Elisabete Ruivo

---

2º Vogal

Ana Zorrinho

---

nsilva

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.